

MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS EM GOIÁS: DISCIPLINA OU AUTORITARISMO?

Priscilla Ferreira Duarte
Marcos Antonio da Silva

Este trabalho objetiva investigar a militarização das escolas públicas, cujas alegações regulatórias são fundamentadas pelos discursos neoliberal/ conservador, da disciplina e do autoritarismo. Adota a pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase qualitativa. Assinala os discursos divergentes acerca desta terceirização da escola mediante mapeamento das concepções da educação militar no Brasil e as mudanças históricas que produziram novos sentidos no entendimento da disciplina/autoridade e disciplina/autoritarismo, que visa a formação/construção de indivíduos/sujeitos que se aproximem dos projetos sociais propostos. Identifica os vínculos entre este projeto educacional de cunho político como medida de controle, que se apoia em parâmetros autoritários para redução da participação democrática, a fim de promover e naturalizar as desigualdades sociais sob o imaginário de restabelecimento da ordem e do progresso. Conclui que esta investida na educação brasileira serve como aporte para a preservação de determinados grupos no poder com o intuito de propagar o pensamento hegemônico e elitista para a produção de corpos docilizados e submissos as demandas de mercado.

Palavras-chave: Neoliberalismo. Disciplina. Autoritarismo. Controle.

O objetivo geral deste trabalho foi investigar a militarização das escolas públicas do estado de Goiás e as relações entre disciplina e autoritarismo. E levantar as alegações e regulações que assinalam a militarização das escolas públicas no Brasil e Estado de Goiás; mapear as concepções de disciplina e autoritarismo e identificar os vínculos da militarização como política de controle social: A investigação contemplou a modalidade de pesquisa bibliográfica e documental, com ênfase qualitativa. Pretendeu-se fazer uma análise dos documentos oficiais e dos autores que abordam a relação entre educação e sociedade, Ferreira (2018), Pereira (2009), Personi (2017), Oliveira (2016), Corrêa (2000), Apple (2002), Coêlho (2012), Germano (2008), Foucault (2014), Santos (2016), Freire (1996), Schwarcz (2019) entre outros.

Para compreender a militarização das escolas públicas torna-se necessário levantar as premissas que justificam a inserção de atores não-pedagógicos nas

escolas, agentes que têm por atribuição¹ garantir a segurança pública. Identificar as regulações que embasam essa investida na educação brasileira. Dessa forma, pretende-se esclarecer as ideias apresentadas nos discursos no sentido de contribuir, com base nos resultados obtidos na pesquisa, para reflexões e elucidar as reais intenções do desmonte na educação.

De acordo com Ferreira (2018), a militarização das escolas públicas revela uma concepção de educação vinculada a terceirização do serviço público marcada por uma política neoliberal definida por Pereira (2009) como uma fragmentação do liberalismo, fundamentado nos princípios básicos: a individualidade, a liberdade e a propriedade privada, diferenciada apenas pelo caráter conservador e se contrapondo ao progressismo liberal. O neoliberalismo é apresentado como “[...] prática política, constituída de receitas econômicas e programas políticos [...]” (CORRÊA, 2000 p. 36). Desse modo, a concepção de educação privilegiada por esta política é aquela que busca atender os interesses do mercado. A política neoliberal reforça o discurso meritocrático, da supremacia do privado sob o público, e as disparidades sociais/escolares, como fatores determinantes para a despolitização de alguns segmentos, e acentua o caráter de grupos conservadores, que atribuem aos indivíduos a responsabilidade pelo sucesso ou fracasso do sistema educacional brasileiro.

Pessoni (2017) ressalta o contexto econômico como pressuposto para adoção de reformas políticas na educação, sob a condição de receber investidores internacionais e apresenta os pilares para a sustentação destas políticas: a) Estado mínimo, b) globalização, c) neoliberalismo, cujo papel é garantir a estabilidade do mercado utilizando a lógica empresarial para a condução da atividade educativa. A partir destes pressupostos, elencam ideias de que a educação e a escola precisam ser reestruturadas no âmbito administrativo para gerar resultados fundamentados em testes e avaliações que visa a classificação e seleção de alunos. Nessa perspectiva, o Estado deve intervir o menos possível, abrindo espaço para a livre concorrência, ampliando a disputa privada pelo espaço público.

Nesta direção, Miranda (2016) afirma que os grupos de interesse na propagação deste modelo econômico, utiliza algumas estratégias para fortalecer e

¹ A Constituição Federal, em seu **Art. 144**, atribui às polícias militares (PM) o **policimento ostensivo** e a **preservação da ordem pública**. Isso significa que seu papel é fiscalizar e coibir atividades ilícitas de **forma imediata**, prevenindo crimes e fazendo com que os indivíduos respeitem a legislação, tudo isso buscando aumentar a sensação de segurança na sociedade.

consolidar tal projeto social dentre estas: ciclo de modernização conservadora que se embasa nos discursos dos reformadores empresariais, que possuem uma tendência tecnicista e privatista, tornando os espaços públicos em campos de negócio para obtenção de lucro. E, articulam tratados que transformam a escola em espaço de serviços para “poupar” e controlar possíveis atos de resistência.

Pereira (2009) conceitua o discurso como instrumento para normatização de valores para interpretar o mundo e cita que o discurso pedagógico sofre intervenções externas de todas as instâncias que atuam, de modo a regulá-lo e controlá-lo. Esclarece que as estratégias, utilizadas nos discursos, possuem características institucionalizadas que impactam pedagogicamente e disciplinarmente as ações para a permanência de determinadas regras utilizadas para a difusão, aceitação e fixação de argumentos, que gerenciam modos de pensar a educação, com a finalidade de ofertar, ampliar ou restringir politicamente saberes e poderes. Nesta perspectiva, os discursos veiculados nas redes sociais, nas igrejas, nas mídias e por grupos políticos, possuem a intenção de normalizar a ideia de que os indivíduos são responsáveis por zelar das regras e defender a “invasão” nos espaços públicos para a manutenção do sistema capitalista, explicando e naturalizando a ideia de que a história sempre foi assim e que ideias plurais são uma ameaça à ordem.

De acordo com Oliveira (2016), há dados de pesquisa que comprovam como os brasileiros se informam e revela a dimensão persuasiva da TV, aliada aos discursos dos gestores por aparato de segurança, para atender as demandas do mercado, e o compromisso do governo com grupos conservadores para a manutenção da “velha política”, se apropriando dos princípios neoliberais para as políticas educacionais, e se destituindo de suas responsabilidades na gestão dos órgãos públicos. Sobretudo, ao valorizar políticas de exclusão de determinados grupos sociais. A divulgação estratégica de notícias sobre violência na escola vinculada a ideia de que a polícia deve reprimir grupos “rebeldes” ou “subversivos” são procedimentos que remontam ao esquema de manutenção de grupos políticos conservadores, que possuem uma ótica educacional baseada na preparação de indivíduos que desempenhe seus papéis em determinados espaços e perpetuem suas ideologias.

Corrêa (2000) ressalta que nas propostas de governo é possível analisar nos argumentos os princípios pelas quais estas são regidas. Neste sentido, quando o

governante admite os princípios neoliberais, é de se presumir que buscará em linhas gerais os conceitos básicos para conduzir as políticas públicas. Assim, o fundamento do neoliberalismo salienta a individualidade, em detrimento do coletivo, portanto, é inevitável considerar que a escola será transformada em espaço de disputas social, econômica e política. O Estado assume o papel de regulador e mantenedor da ordem social para atender as demandas da força de trabalho.

Apple (2002) apresenta a mudança na condução de políticas educacionais que estigmatizam a educação às agendas neoconservadoras e neoliberais priorizando-se a competitividade e a disciplina, remontando estratégias dualistas para a escola. Nessa direção, Coêlho (2012, p. 66) argumenta que “[...] esta lógica pragmática visa preparar alunos para o sucesso no trabalho, para atender as exigências do mercado”. Entretanto, a política neoliberal não se aplica a uma educação que priorize a formação humana, a construção de sujeitos conscientes de suas realidades, ao contrário, busca um alinhamento, uma padronização de pensamento e visão de mundo. Formar um imaginário social, no qual as pessoas absorvam a ideia de que devem ser mais produtivas, esforçadas e vigorosas no trabalho, nas escolas, oculta a responsabilidade do Estado em manter e garantir a todos as condições necessárias para um ensino de qualidade.

De acordo com Germano (2008, p. 317 *passim*), o discurso político possui uma natureza dominante, que busca controlar as consciências. Arelado a uma ideologia, torna-se fator estruturante para a aceitação de gestões autoritárias. Neste sentido, fortalece a ideia da necessidade de um “líder” uma figura representativa que exerça a “autoridade”. Alguém que garanta a ordem e a eficiência ao liderar em nome de melhorias que levariam ao avanço. E o que se espera dos indivíduos é um alinhamento com tais ideias a fim de evitar revoltas, contradições e questionamentos. Um dos fundamentos é desestabilizar qualquer discurso contrário, através da repressão, e garantir a ascensão de um líder redentor, que combata grupos “subversivos” e reestabeleça o equilíbrio e preceitos supostamente perdidos. Assim, também, a militarização das escolas vem ocorrendo, na expectativa de que a gestão da escola regida pela Polícia Militar de Goiás, “salve” a instituição de um suposto colapso causado pela gestão pública/democrática, estabelecendo a “disciplina” e a “ordem”.

No que diz respeito a disciplina, o discurso mais frequente na defesa da militarização das escolas públicas, é pautado na reestruturação desta, como

fundamento essencial para a formação da cidadania. Todavia, Ferreira (2018) afirma que a disciplina priorizada nas escolas públicas/militarizadas possui uma tendência pedagógica, alinhada ao controle dos indivíduos, tornando-os sentinelas de si e dos outros. Nessa direção, a disciplina torna-se um instrumento de poder, criam-se valores, comportamentos e procedimentos, que devem ser copiados por todos, sem questionamentos, pois tal procedimento, nestas unidades escolares, é uma contravenção.

Foucault (2014), define a disciplina como procedimentos que estimulam ações que determinam a correlação entre flexibilidade e adequação. Portanto, é um instrumento de controle e de produção de discurso e mediante estes, alcançam o corpo social que concorda e a torna válida. Neste contexto, as alegações que estabelecem e justificam a militarização das escolas, são formulados por grupos que buscam uma padronização de valores e comportamentos na formação de sujeitos que se adequem ao modelo implementado, eliminando a pluralidade de ideias apontando indícios autoritários para a educação.

Corrêa (2000) apresenta a resignificação do papel da escola mediante a regulamentação de políticas alinhadas à doutrina neoliberal, no sentido de reformular o pensamento social através de disputas discursivas na busca pela hegemonia². Entretanto, a veiculação de discursos de jovens indisciplinados e a necessidade de disciplina e remodelação da ordem, permeiam os processos de adesão a este modelo educacional como verdade absoluta, naturalizando-o.

Santos (2016) relata, mediante essa ação não democrática, de base hierárquica, privilegia-se as relações de poder e inibe-se a possibilidade de participação nas decisões concernentes ao espaço público, composto pela comunidade escolar. Esse padrão, produz indivíduos submissos, que obedecem e silenciam-se pelo medo, tornam-se cidadãos úteis a serviço das relações de poder. Esse discurso disciplinar pautado em tendências autoritárias são pensados, porém, escondem a essência, o sentido real para o qual se destinam. Em contrapartida, Freire (1996, p. 92) defende que:

[...] o clima de respeito que nasce das relações justas, sérias, humildes, generosas, em que a autoridade docente e as liberdades

² Conforme Marques (2016), a hegemonia significa a capacidade de uma classe de manter sua dominação sobre a outra, por meio da coerção e do consenso, da formação intelectual e moral. Assim, a hegemonia constitui-se na organização e a manutenção de um aparelho estatal, ou seja, a formação de um tipo de sociedade civil e sociedade política.

dos alunos se assumem eticamente, autentica o caráter formador do espaço pedagógico[...].

Todavia, nesta concepção evidencia-se a construção de um sujeito consciente, que seja capaz de entender as regras não por imposição, mas, ao contrário, pela reflexão. No entanto, identifica-se também a presença de discursos autoritários nesta política de militarização que busca reformular a escola pública.

Segundo Schwarcz (2019) existe uma relação histórica da escravidão, do racismo, da violência contra a juventude para a construção de narrativas que naturalizam o autoritarismo, no Brasil. A autora explica que a violência, a discriminação racial e de gênero, a intolerância religiosa, a crise recessiva e a corrupção são elementos que influenciam na construção de argumentos para validar ideias autoritárias. Na história do Brasil desde sua colonização havia intenções de centralização do poder através de estruturas administrativas, pensadas como estratégias para a resolução de possíveis conflitos, dentre eles, as Capitâneas Hereditárias, o Governo Geral e as Câmaras Municipais, que se constituíram a partir de uma organização social baseada na produção rural, patriarcal e hierárquica. As influências históricas da percepção da realidade permitem entender a aclamação social por modelos institucionais que seguem essa mesma lógica. Neste sentido, a produção do discurso autoritário surge como o único possível, sustentado por sujeitos que pela identificação o aprovam e tornam-se vigilantes para garantir a manutenção destes padrões.

Barros, Torres e Pereira (2009) concluíram em sua pesquisa, sobre a adesão ao autoritarismo em regimes democráticos, que embora as pessoas em seus discursos apoiem a democracia, a aprovação à ideais reacionários cresce dependendo do contexto político, dentre estes elementos constitutivos para a aceitação e convivência com este modelo há uma questão da identidade na qual, sociedades estabelecidas sob regimes autoritários tendem a subordinar-se e reproduzir o mesmo pensamento, os indivíduos que se identificam com figuras autoritárias exercem uma vigilância sobre outros, supervalorizando os princípios morais em detrimento da diversidade.

No entanto, sob a justificativa de militarização da escola pública identifica-se elementos na produção dos discursos com viés autoritário. Dentre eles, a invasão privada nos espaços públicos, o discurso para redução da violência nas escolas, o

ideal da figura hierárquica como redentora, a implementação de valores morais, o senso de combate a ideias subversivas e a disciplina como foco central para garantia da qualidade educacional.

A composição social brasileira, que teve o seu escopo em um modelo patriarcal cerceado pelos donos das terras que obtinham o controle e o poder absoluto justificava a punição dos escravizados. Historicamente, tanto negros quanto índios, ao se revoltarem contra as formas de dominação, foram perseguidos, torturados e mortos. A visão de que os brancos eram superiores e autoridades máximas, subjetivava a ideia de que os negros, enquanto povo inferiorizado, precisavam ser punidos como exemplo aos demais. Revelando o quanto a ideologia de supremacia, reforçada em sociedades hierárquicas, interfere na subjetividade dos sujeitos e naturaliza coerções sob a justificativa de disciplinar os indivíduos.

A disciplina é um elemento importante para aprendizagem, porque influencia os processos pedagógicos, todavia a abordagem que privilegia um ensino puramente transmitido, que tenciona a rigorosidade com vestimentas, cabelos, e sobretudo ações que não difame a escola, prevista nos regimentos sob ameaça punitiva, culmina na formatação de alunos. A indisciplina é abordada como todo e qualquer ato que contrarie o regimento escolar, que se delimita em reforçar valores hierárquicos de intensa submissão dos corpos.

De acordo com Lopes e Gomes (2012, p. 270), acerca das correntes pedagógicas que contribuíram para a construção de sentidos para disciplina e indisciplina, “[...] no decorrer do tempo, de uma disciplina imposta para a autodisciplina, da heteronomia para a autonomia[...]”. Mediante estes processos históricos as demandas da escola e dos professores foram se transformando, as maneiras de organizar e se relacionar nas instituições escolares sofreram alterações. Especialmente nas mudanças prescritas na Constituição Federal 1988 no Art. 206 que define os princípios para o ensino no Brasil sendo estes: a igualdade de acesso e permanência na escola, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas e a gestão democrática do ensino público (BRASIL, 1988). Após a promulgação da Lei foram incorporadas diversas correntes pedagógicas nas escolas públicas, notoriamente, com a finalidade de garantir a democracia. Todavia, essas acepções incorrem a um projeto de formação de sujeito/indivíduo e simultaneamente um projeto de sociedade.

Cruz (2017) aborda a disciplina, no contexto da educação militar, como uma visão de controle e obediência, revela a natureza autoritária de educar. No entanto, a autora argumenta que a indisciplina em sala de aula nas escolas públicas/militarizadas é instantaneamente podada, com a finalidade de restabelecer a ordem, pois, a abordagem de disciplina destas escolas, enfatiza os fundamentos militares que se traduzem mediante punições.

Santos (2010) retrata a punição como mecanismo de poder à serviço da regulação dos corpos, submetida a exibição punitiva, como forma de modificar sujeitos suas práticas e condutas ao relacionar o poder disciplinar com a vigilância, cuja finalidade é regular e convencer através de ações o modelo a ser seguido. A vigilância e a punição são mecanismos usados para regular, moldar, reforçar e coibir ações comportamentais, sendo passível de sanção disciplinar qualquer que desvirtue esses valores.

Este empenho educacional é definido por Furniss (apud ENGUITA, 1989 p. 109) “[...] em educá-los na disciplina e nos hábitos necessários para trabalhar posteriormente[...]”. Nessa perspectiva consiste em mantê-los ordenados e coesos, mediante vigilância cotidiana, exercida através do tempo, espaços e movimentos, concebendo os alunos como máquinas produtivas. O ensino se restringe a lógica pragmática conforme explica Coêlho (2012, p. 62) “[...] o treino da mente, o desenvolvimento de habilidades e o domínio técnico das coisas, objetos, processos e gestão, com vistas no saber-fazer [...]”.

Neste sentido, Rios (2013) confirma que é preciso negar o autoritarismo e investir numa relação de autoridade, que tenha como caminho a autonomia e liberdade, pois considera estes fatores indissociáveis para a condição de cidadãos conscientes e participativos na convivência social/escolar. Estabelecer o diálogo na escola, é uma prática que cabe exercitar, visto que, é o maior desafio de uma sociedade democrática para ruptura com os paradigmas autoritários expressos pelo corpo social.

É evidente que para negar o autoritarismo são necessários conhecimentos sobre suas formas de apresentação. Barros (2009) assinala as diversas construções histórico sociais acerca do autoritarismo, dentre elas: a) personalidade autoritária, na qual os fatores externos ambientais influenciam diretamente na formação de indivíduos reacionários; b) autoritarismo de extrema-direita, formada por adeptos do conservadorismo, da subserviência autoritária e hostilidade. As instituições de modo

geral, baseiam-se em modelos elitistas de organização, de cultura e ensino. Numa percepção etnocêntrica, que tende a supervalorizar determinada cultura em detrimento de outras e serve como medida para indicar a predominância de certos valores e comportamentos. O entendimento de que a escola deve coibi-los é uma visão de superioridade e desqualificação de comunidades diversas. Sobre essa compreensão é possível encontrar figuras que defendem uma padronização de condutas que ganham credibilidade na medida em que exprimem seus ideais e os disseminam como verdades absolutas e mediante reconhecimento compõem aliados à tirania.

Assim, também, os grupos políticos eleitos na atual conjuntura, se valem de manifestações de violência na escola para justificar o confronto a identidades divergentes, proferindo uma postura extrema e autoritária com as camadas periféricas. Portanto, depreende-se que este modelo de escola militarizado, visa o disciplinamento dos corpos das classes subalternas mediante a cultura hegemônica de valorização do capital, no cumprimento inquestionável de técnicas específicas, reduzindo a consciência de classe para o corporativismo e hierarquias. Este projeto incide a dicotomia do ensino, que prioriza tendências de controle, desconsiderando a identidade social dos alunos, massacrando suas formas de expressão.

Em suma, lançando sobre a escola práticas de autoritarismo sobre docentes e alunos, maldizendo propostas pedagógicas que considerem as contradições cotidianas, para a construção do conhecimento, e reiterando sujeitos a ideias de vigilância na reprodução de modos arbitrários. O que vem ocorrendo no Brasil, e especificamente em Goiás, é uma maneira de reformular o dever social da escola pública para o desenvolvimento de novas consciências que se aproximem dos valores militares, tanto para a ocupação de espaços públicos, considerando que a metade das vagas são disponibilizadas aos filhos de militares. Entretanto Guimarães e Lamos (2018, p. 78) explicam que nesta reconfiguração de gerenciamento da escola pública “[...] a Polícia Militar é deslocada do seu eixo funcional, para servir como instrumento de controle utilizado pelo Estado na medida em que submete os discentes a padrões de comportamento[...]”.

Para se construir uma sociedade democrática é pressuposto que haja pluralismo de ideias, possibilitando a inserção e participação da sociedade civil em projetos relativos a vida social, o que tem estimulado o intenso confronto, denominado por crises, nas quais, as elites que compõem o poder se recusam a

dividi-lo democraticamente, recriam métodos de poderio para autopreservação, definido por Scarel (2003) “[...] de um poder que reúne múltiplas características: econômicas, políticas, judiciárias e epistemológicas[...]”.

A leitura feita pelos conservadores de que as escolas públicas se tornaram espaços de disseminação de uma cultura marxista, ao revelar os contrastes sociais, serviu como justificativa para imposição de práticas de vigilância sobre as escolas e professores, tendo em vista que a compreensão da realidade promovida por um ensino contextualizado mediado por debates em sala de aula, emerge uma consciência política que se compromete em repensar maneiras de transformar as práticas sociais. Neste sentido, a análise feita pelas elites é de que a escola pública tenha ido além da atribuição para qual foi designada, tendo em vista que a consideram como instituição preparatória de mão de obra qualificada para o mercado de trabalho. Com o intuito de resguardar as formas de dominação, constroem-se técnicas de gerenciamento destes espaços públicos.

Bueno (2016) apresenta a aclamação por parâmetros autoritários requeridos pela classe média inconformada com as inseguranças da politização econômica, cuja tática montada se aporta em limitar a adesão a criticidade, a fim expandir a dominação. Desde a colonização verifica-se o quão desigual é a sociedade brasileira, os índices de distribuição de renda desde os primórdios estão nas mãos de uma restrita parte da população, que organiza o sistema educacional brasileiro, tornando a escola em mais uma instância de dispersão e discrepâncias sociais. Que acionam elementos de ensino emancipatório para as lideranças e técnicas de produtividade para as massas.

Nesta direção, as políticas educacionais e as reformas geram um esvaziamento das instituições escolares, ao conceber a educação como serviço/produto para a política econômica, alterando as concepções quanto a gestão, aos financiamentos, maneiras de organizar o currículo, o perfil dos educadores e métodos avaliativos, comprometidos com formação de uma massa habilitada a atender as exigências básicas para o mercado. Conforme argumenta Gentili (2000, p. 48):

[...] nessa ofensiva de caráter antidemocrático e excludente, as instituições educacionais tendem a ser pensadas e reestruturadas sob o modelo de certos padrões produtivistas e empresariais[...].

As técnicas de controle usadas nas escolas militarizadas correlacionam medidas disciplinadoras, no sentido de organizar as condutas produzidas pelos alunos e professores, de modo, a desqualificar qualquer reação usual que infrinja o padrão, considerado conveniente pela instituição. Esses atos de manejo são manifestos pela junção de diversos grupos interessados na continuidade de modelos hierarquizados e na formação de indivíduos produtivos não apenas economicamente, mas que fielmente propaguem essas ações normalizadoras em todas as esferas sociais possíveis, promovendo a adaptabilidade social para as demandas de mercado sob a ótica ilusória de liberdade. Que os readapta em um movimento subjetivo de autoeducação e disciplinamento, reconfigurando estratégias de flexibilidade para a busca incessante de superação de suas próprias condições.

Ferreira (2018) destaca que toda política pública possui intencionalidade, ao detalhar a ação de grupos políticos e sociais, que se organizam com o objetivo de ganhar espaços sob óticas distintas, entre estes, os conservadores que almejam um projeto hegemônico, elitista e ideológico de reprodução, com o intuito de restabelecer a ordem social por meio da escola pública. Através dos Regimentos Internos, no caso dos Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG), o compromisso de estabelecer limites para atuação político social dos professores e dos estudantes, embasado no avanço do conservadorismo no cenário político mundial e no Brasil. Portanto, a adesão social a este modelo de escola vem se amparando em todos estes fatores, políticos, econômicos e ideológicos que se entrelaçam no sentido de angariar forças que apoiadas mutuamente se fortalecem e perduram em meio a crises se adaptando e reorganizando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo teve como objetivo investigar a militarização das escolas públicas do Estado de Goiás e as relações entre disciplina e autoritarismo, levantando as alegações e regulações usadas para incursão destas medidas no ensino escolar da rede pública. Sobre a seguinte problemática: estas escolas ao serem militarizadas são espaços de formação de sujeitos disciplinados ou servem de instrumento para imposição autoritária? Abordou-se os discursos que permeiam a terceirização da escola, as concepções de disciplina e autoridade/disciplina e autoritarismo para

compreensão do projeto social que tem se instalado nas instituições educacionais no Brasil e em Goiás.

Constatou-se que os efeitos produzidos nos discursos que pautam a invasão da escola pública por agentes de segurança estão em consonância com uma proposta neoliberal/neoconservadora e autoritária, que visa desqualificar a gestão democrática para a invasão destes espaços públicos, tendo em vista a propagação de valores conservadores vinculados a princípios e práticas normalizadoras de comportamento cuja finalidade é, a retomada econômica mediante a formação de corpos docilizados que se submetam as demandas de mercado.

Sabe-se que a aceitação desses discursos satisfaz por criar no imaginário social a possibilidade de restabelecer uma “harmonia social” propagada por uma ideologia hegemônica e elitista, que convencionou essa ideia a partir de um projeto de sociedade que naturalize os problemas sociais produzidos pelo sistema capitalista. E que as produções discursivas de violência, medo, indisciplina servem de aporte para a entrada de projetos políticos autoritários que desmontam e descontextualizam o ensino, para disseminar normas e regras disciplinares que trabalham cotidianamente nos corpos e mentes estratégias para a ampliação de valores patrióticos e hierarquizados fundamentais para o “equilíbrio social”.

Identificou-se através da investigação que as diferenças entre os conceitos de disciplinas são resultantes de acepções divergentes quanto a formação/construção de sujeito/indivíduo e de sociedade. Enquanto determinados grupos defendem a construção de uma disciplina mediada pela reflexão e ressignificação, outros a defendem como prática impositiva atestando e negando aos sujeitos a participação democrática nas elaborações das normas, neste caso, as escolas militarizadas se aportam nesta última versão. Confirmando a hipótese de que estas escolas buscam uma reformulação social com viés autoritário e arbitrário.

Constatou-se que, estas disputas de poder são manifestas através de políticas formuladas, pensadas por grupos de poder e cabe ressaltar, não discutidas com o corpo social, para a implementação de um modelo de sociedade subserviente, que internalize as imposições sem questionamentos. Neste sentido, a militarização das escolas públicas é uma estratégia para a reformulação social, que crie cidadãos produtivos e obedientes, reduzindo a necessidade de participação e de questionamento nas decisões políticas, submetendo-os à técnicas e procedimentos

que os faça majoritariamente se perceberem empreendedores de si mesmos, promovendo a falsa sensação de conformidade.

Verifica-se, portanto, o quão urgente se faz investigar, discutir e repensar maneiras de responder a estes projetos autoritários que se instalam no Brasil, com estudos e pesquisas que contemplem as possibilidades de luta e resistência diante do atual cenário. A necessidade desta investigação revela-se pela grande adesão social a este modelo escolar/educativo como redenção para as problemáticas sociais que atribui a escola pública a responsabilidade pela indisciplina e violência de jovens e pelas soluções apresentadas em discursos políticos que declaram que a polícia é a única possibilidade de controlar esses conflitos sociais.

REFERÊNCIAS

APPLE, W. Michael. A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um currículo nacional? In: MOREIRA, Antonio Flavio; SILVA, Tomaz Tadeu. **Currículo, cultura e Sociedade** (Org.). 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BARROS, Thaís Santiago. TORRES, Ana Raquel Rosas. PEREIRA, Cícero. Autoritarismo e adesão a sistemas de valores psicossociais. **Psico-USF**, v. 14, n. 1, p. 47-57, jan./abr. 2009.

BUENO, Roberto. O autoritarismo brasileiro e as vias conservadoras em Francisco Campos, Oliveira Viana e o Estado Novo. **RIL** Brasília a. 53 n. 210 abr./jun. 2016 p. 25-41.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

COÊLHO, Ildeu Moreira. Qual o sentido da escola? In: _____ (Org.). **Escritos sobre o sentido da escola**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2012.

CORRÊA, Vera. **Globalização e neoliberalismo: o que isso tem a ver com você, professor?** Rio de Janeiro: Quartet, 2000.

CRUZ, Leandra Augusta de Carvalho Moura. **Militarização das escolas públicas em Goiás: disciplina ou medo?** 2017. 177f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

ENGUITA, Mariano Fernandes. **A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. 42.ed. Petrópolis, RJ: 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GERMANO, José Willington. **O discurso político sobre a educação no Brasil autoritário**. *Cad. Cedes*, Campinas, SP, v. 28, n. 76, p. 313-332, set./dez. 2008.

GENTILI, Pablo. A mcdonaldização da escola: a propósito de “consumindo o outro”. In: COSTA, Marisa Vorraber. **Escola básica na virada do século: cultura, política e currículo**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

GOIÁS. **Regimento Disciplinar do Colégio da Polícia Militar de Goiás Unidade Polivalente Modelo Vasco dos Reis**. Disponível em: <http://colegiomilitarpmvr.com.br/Regulameto.asp> >. Acesso em: 16 out. 2019.

GUIMARÃES, P. C. P.; LAMOS R. A. C. Militarização das escolas da rede estadual de Goiás: a nova onda conservadora. *Revista Pedagógica*, Chapecó, SC, v. 20, n. 43, p. 66-80, jan./abr.2018.

LOPES, Rosilene; GOMES, Candido. Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura? *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p.261-282, abr./jun. 2012.

MIRANDA, Marília Gouveia de. Crise na educação: a retórica conservadora. *Revista Retratos da Escola*. Brasília. v. 10, n 19, p. 567-579, jul./dez. 2016.

PEREIRA, Neiva dos Santos. **A crise de autoridade na educação e o discurso (neo) liberal**. 2009. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

PESSONI, Lucineide Maria de Lima. **Internacionalização das políticas educacionais, finalidades educativas escolares e qualidade de ensino: a reforma educativa no estado de GOIÁS**. 2017. 211f. Tese (Doutorado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

RIOS, Terezinha Azeredo. A dimensão ética da aula ou o que nós fazemos com eles. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas**. Campinas, SP: Papirus, 2013.

SANTOS, Rafael José da Costa. **A militarização da escola pública em Goiás**. 2016. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

SANTOS, Raimunda Delfino dos. **A genealogia dos regimentos internos do Colégio da Polícia Militar de Goiânia**. 2010. 133f. Dissertação (Mestrado em Linguística, Letras e Artes) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

SCAREL, Estelamaris, Brant. **Michel Foucault: sobre as ciências humanas, a sociedade panóptica e as especificidades do intelectual**. 2003. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Cia. das Letras, 2019.